



Dados - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 0011-5258

dados@iesp.uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Villas Bôas, Glauca
A Recepção Controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980)
Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 57, núm. 1, enero-marzo, 2014, pp. 5-33
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21830637001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Recepção Controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980)

Glaucia Villas Bôas

Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

A acolhida de Max Weber na sociologia brasileira não se fez sem problemas, recusas e disputas. Ao longo de 40 anos (1940-1980)¹, a escolha e apropriação de suas ideias ocorreram em função dos interesses de pesquisa dos especialistas brasileiros e nos limites de uma discussão metodológica, na qual os pressupostos da construção ideal típica weberiana foram recusados em favor de proposições classificatórias de caráter generalizante. Naquele período, destaca-se ainda a ausência de referências às proposições weberianas sobre o sentido da ciência nos acalorados debates que definiam o papel do sociólogo como cientista e homem de ação. Sem a pretensão de percorrer detalhadamente a recepção da obra de Max Weber nas primeiras décadas da institucionalização da sociologia, o presente texto aponta questões concernentes à contribuição de Max Weber à sociologia brasileira.

Alguns estudiosos (Souza, 1999:17-54; Vianna, 1999:173-193; Schwartzman, 2003:207-213) escolheram obras paradigmáticas do pensamento social brasileiro para analisar a recepção de Max Weber, perscrutando livros como *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Hollanda, *Os Donos do Poder* (1958), de Raymundo Faoro, ou *Bandeirantes e Pioneiros* (1954), de Clodomir Viana Moog. O patrimonialismo, na acepção weberiana (Weber, 1985:580-624), e sua relação com o desenvolvimento da sociedade brasileira é questão destacada nesses estu-

DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 1, 2014, pp. 5 a 33.

dos, que ressaltam o quanto a apropriação de Weber pode ser útil para o entendimento do “atraso” do país.

Sigo aqui outro caminho: focalizo alguns problemas da recepção de Weber no processo de reconhecimento da sociologia enquanto disciplina acadêmica no Brasil, momento em que se define sua identidade cognitiva, social e histórica². Este procedimento, inicial e provisório, permite, entretanto, mostrar que proposições centrais da sociologia weberiana, a exemplo da formulação dos tipos ideais e do sentido da ciência, foram recebidas com muita parcimônia e reelaboradas à medida que o mestre alemão se distinguiu de outros sociólogos, quer fossem alemães, franceses ou norte-americanos. Para tanto, 1) recupero os temas dos primeiros artigos sobre Max Weber publicados na revista *Sociologia*, nos anos de 1939 a 1955, quando foi editada pelo alemão Emílio Willems; 2) evoco as disputas sobre o papel do sociólogo no processo de mudanças sociais, nas quais sobressaem as proposições de Hans Freyer e Karl Mannheim em detrimento das posições de Max Weber; e, finalmente, 3) retomo aspectos de uma controvérsia sobre a recepção “equivocada” da sociologia weberiana, liderada por Maria Sylvia de Carvalho Franco, que envolve escritos de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, publicados nas décadas de 1960-1970.

Nunca é demais lembrar a singularidade e complexidade da “trajetória” da obra de Max Weber porque estas, em larga medida, definiram os percursos de sua recepção. Por ocasião de sua morte, em 1920, o sociólogo alemão Othmar Spann (1878-1950) referiu-se à herança deixada por Weber, afirmando que o autor era “*una persona demoníaca, inquieta, ... capaz de afectar los otros por la fuerza de su personalidad pero a quien se le había negado dejar a la posteridad una obra que pudiera perdurar... Su tiempo ha pasado, y la suya es una ciencia muerta*” (apud Roth, 1995:11). Guenther Roth relembra esse prognóstico – nada auspicioso – na introdução à biografia de Max Weber, escrita por sua esposa Marianne, e comenta com ironia que “*pocos juicios han sido más equivocados*”. Na realidade, Weber foi um dos raros estudiosos a ser lido amplamente depois de sua morte, ainda que em vida não tenha deixado indícios claros de que suas ideias circulariam *urbis et orbis* e seriam apropriadas, recepcionadas, operacionalizadas, reelaboradas e rechaçadas, provocando tanto o conhecimento como o debate sobre a vida política, social, econômica e cultural do capitalismo moderno.

Ao chamar a atenção para a história singular da recepção da obra de Max Weber, Roth (1995:11-55) adverte, em “Marianne Weber y su Círculo”, que embora se acredite que a qualidade intrínseca das obras dos grandes mestres seja o motivo de sua permanência ao longo do tempo, tal permanência depende das orientações e interesses de grupos e indivíduos. A advertência é válida especialmente para a obra de Weber, cuja recepção e leitura estão relacionadas a alguns fatos dignos de nota: primeiro, a envergadura do projeto de publicação da obra de Weber por Marianne Weber (1870-1954) entre 1920 e 1924. A iniciativa ousada foi decisiva para a visibilidade e o reconhecimento do pensamento weberiano na década de 1920 (Waizbort, 2012:9-197). Ao lado do empreendimento intelectual e editorial, Marianne escreveu uma biografia do marido, publicada em 1926, que até hoje se reputa como uma fonte importante, em que pese sua veneração pelo biografado e informações imprecisas. O segundo fato foi, sem dúvida, a tradução para o inglês de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* por Talcott Parsons, publicada em 1930 por George Allen & Unwin³ ao apresentar o livro, como tradutor, Parsons relembra a publicação de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* no *Archiv für Sozialwissenschaft* (1904-1905) e logo, com as modificações feitas pelo autor, na série inacabada *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (1920). O excesso de notas de rodapé era certamente um empecilho para uma leitura prazerosa, diz Parsons, mas não podiam ser reincorporadas no texto ou omitidas, uma vez que mostravam como o problema foi crescendo na “mente” de Weber e seria lamentável destruí-las em favor da “perfeição artística” (Parsons, 1999:9).

O terceiro acontecimento relevante foi a tradução, por José Medina Echavarría *et al.* de *Economía y Sociedad* para o espanhol, e a publicação do livro em 1944, pela editora Fondo de Cultura Económica, no México. Não se conhecem ainda, no seu conjunto, os efeitos desse fato, cuja intervenção extraordinária no horizonte das ciências sociais da América Latina, ofereceu alternativas teóricas e metodológicas. É preciso levar em conta que somente em 1962 surgiu a edição italiana de *Economía e Sociedade e*, em 1968, a edição em língua inglesa. Em 1991 foi publicado no Brasil o primeiro volume do livro e, em 1999, o segundo, ambos com revisão técnica de Gabriel Cohn. Vale mencionar aqui, também, em quarto lugar, a compilação feita por Hans Gerth e Charles Wright Mills, *From Max Weber*, editado, em 1946, pela Oxford University Press. Traduzido para o português, no Brasil, em 1970, com revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso, foi um dos livros de maior penetração

entre os brasileiros interessados, alunos, pesquisadores e professores, tendo alcançado mais de vinte edições. O quinto acontecimento editorial de relevância é, sem dúvida, o atual projeto de reedição da obra do sociólogo, *a Max Weber Gesamtausgabe – MWGA [Max Weber – Obra Completa]*, que vem sendo meticulosamente realizado por especialistas de alto nível, desde a metade dos anos de 1980 e, com certeza, mudará tanto os hábitos de leitura como os rumos da interpretação do pensamento do autor (Pierucci, 2008:41-51; Villas Bôas, 2011:11-19; Hanke, 2012:99-118).

Acrescente-se a esses fatos o exílio da sociologia alemã no período nazista, de 1933 a 1945 (König, 1981a). Não há sociólogo interessado na história de seu campo de saber, entre eles Theodor W. Adorno, René König e Wolf Lepenies, que não discuta as consequências teóricas, temáticas e institucionais da ruptura ocasionada pelo regime político nacional-socialista. A dispersão de 3.120 professores universitários, entre eles 234 estudiosos dos campos da economia e ciências sociais (König, 1981b:118), por diversas universidades e instituições estrangeiras, e seu refúgio, principalmente nos Estados Unidos a partir de 1933, é uma dimensão histórica que não pode ser desconsiderada em um estudo sobre a recepção da sociologia de tradição alemã. Mas esse deslocamento forçado de pessoas e ideias tem sido pouco destacado. O exílio é, geralmente, associado ao castigo, ao afastamento, à impossibilidade e à punição. A condição de exílio intelectual, entretanto, pode gerar uma inquietação produtiva (Said, 2005:60) e delinear – como no caso da sociologia alemã – uma nova geografia interpretativa da circulação e recepção das ideias, diferente daquela prevista nos paradigmas das expectativas mais rotineiras. Inúmeros exemplos poderiam ilustrar a produção e divulgação da sociologia alemã, como a publicação de *The Authoritarian Personality*, em 1950, nos Estados Unidos, por Adorno, Brunswik, Levinson e Sanford. Mais importante, entretanto, para a recepção da sociologia alemã no Brasil foi o investimento em traduções e publicações de autores como Werner Sombart, Georg Simmel, Hans Freyer, Alfred Weber, Ferdinand Tönnies e Alfred Vierkanndt, entre outros, na Argentina na década de 1930⁴ (Blanco, 2004).

Seria indispensável um mapeamento refinado para compreender não apenas como “chegaram” as ideias de Weber à América, mas quais os valores que conduziram os processos de recepção, incluindo o ensino, as obras escolhidas, a literatura secundária interpretativa utilizada em sala de aula, além da reconstrução das ideias weberianas nas pesquisas

empíricas e polêmicas geradas na disputa pelas interpretações falsas e corretas. A obra de Weber, à maneira de um *Wunderblock*, exige empenho na reconstrução das camadas de seu passado, que vão sempre levando a novas camadas, pistas e interpretações.

Ao lado da singularidade da trajetória da obra de Max Weber, a tarefa de esboçar problemas da recepção de suas ideias no Brasil exige que se relembra a questão própria que distingue a sociologia brasileira em um contexto histórico nacional. A julgar pelo numeroso acervo de livros, artigos e textos desta área de conhecimento, no Brasil, a sociologia, durante largo período, ocupou-se sistematicamente do conhecimento das peculiaridades da sociedade nacional com o objetivo precípuo de verificar as chances efetivas de desenvolvimento do país. A camada intelectual brasileira, desde finais do século XIX, discutia o “descompasso” de uma nação surgida de uma colônia portuguesa com países “adiantados” e “civilizados”, fosse pela existência de três raças – branca, negra e indígena –, pela indiferenciação entre a esfera do público e do privado, fosse, ainda, pelo abandono das populações interioranas e atrasadas dos sertões brasileiros em contraste com a população modernizada e republicana do litoral. Aquele “descompasso”, tal como uma marca de origem da camada intelectual, persistiu ao longo do tempo, sendo ela o *leit-motiv* da produção de conhecimento e da produção cultural brasileira. Não foi Mário de Andrade, o arauto do Modernismo da década de 1920, que apregoava o abrasileiramento dos brasileiros para que a nação acertasse seus relógios e entrasse no concerto das nações modernas? A virada do Modernismo dos anos de 1920 destacou-se no conjunto dos diagnósticos e dos ideais programáticos ao proclamar a aceitação da parte brasileira no processo de equiparar o Brasil ao concerto das nações. Mas a meta de modernizar o país permaneceu.

Ao institucionalizar-se, a sociologia não inventou novas questões nem hipóteses, porém as reelaborou, apostando na dualidade da sociedade brasileira, dividida em tradicional e moderna. Adotaram-se novos procedimentos teóricos e metodológicos, intitulado-se de científica a nova disciplina que surgia junto a um conjunto de outras, no período de criação da comunidade científica. Mudaram-se os métodos, a construção do objeto, as possibilidades de explicação e compreensão, mas as questões originais foram mantidas. Interessados na investigação de problemas históricos e concretos, os sociólogos se voltaram para a pesquisa das mudanças que transformassem o Brasil em uma sociedade moderna, democrática, dotada de uma ordem racional, fundada na in-

dústria e na ciência. Essas particularidades nacionais da fundação e desenvolvimento da sociologia propiciaram condições favoráveis tanto para o reconhecimento, legitimidade e continuidade institucional da disciplina como para um debate acirrado sobre os destinos da nação⁵.

A compreensão clara da questão própria que identifica a sociologia no Brasil é condição do entendimento da lógica da apropriação do pensamento de Max Weber e dos motivos da seleção e apropriação de conceitos que elaborou, assim como o abandono de outros conceitos, ou mesmo a recusa de pressupostos, em que pesem determinados fatores, como a escassez de publicações, o desconhecimento da língua alemã e as leituras nas traduções em espanhol ou inglês. A sociologia alemã tem um papel importante na constituição da disciplina, a julgar pelas investigações que recentemente vieram a público (Sell, 2007; Waizbort, 2007; Villas Bôas, 2006a; Souza, 1999), mas as pesquisas sobre a recepção ainda não exploraram o quadro de interesses e apostas dos sociólogos brasileiros como condição indispensável para deslindar a seleção, a leitura e apropriação da obra de Weber.

PRIMEIRAS NOTÍCIAS

Ao final da década de 1940 e início dos anos de 1950, a recepção do pensamento de Max Weber relaciona-se com iniciativas editoriais e acadêmicas, destacando-se a criação de *Sociologia*, por Romano Barreto e Emílio Willems, em 1939, primeira revista especializada na disciplina; a publicação do *Dicionário de Sociologia e Etnologia*, organizado por Emílio Willems em parceria com Herbert Baldus (1939); do livro *Leituras Sociológicas*, de autoria de Willems e Romano Barreto (1940); e, ainda, o *Dicionário de Sociologia* (1950), com verbetes de Emílio Willems. Os empreendimentos voltados para a divulgação do conhecimento sociológico resultavam de esforços para formar professores e pesquisadores nos cursos de ciências sociais das faculdades de filosofia criadas no país na década de 1930. Estas faculdades abrigavam as mais diversas áreas do conhecimento e constituíam um dos mais importantes setores das recém-criadas universidades do país, a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Brasil, em 1939⁶. A Sociologia associava-se, assim, ao surgimento do mercado editorial (Hallewell, 1985) e à criação da universidade em um período democrático de governo. A disciplina contava, ainda, com leitores interessados entre funcionários de órgãos públicos do Estado, alguns deles

sociólogos que pesquisavam, produziam conhecimento e publicavam livros sob as expensas do Estado⁷.

Parte significativa da produção sociológica daquele período voltava-se para o conhecimento do mundo rural brasileiro (Villas Bôas, 2007). O exame do meio rural do país levava os sociólogos a focalizar relações de patriarcas, senhores de engenho, coronéis, jagunços, parceiros, arrendatários e trabalhadores rurais. A convivência de novas e velhas relações de trabalho, as condições da propriedade rural e a influência do meio rural na vida política do país eram temas que chamavam a atenção dos pesquisadores na época. O livro *Lutas de Família no Brasil* (1949), de Luiz de Aguiar Costa Pinto, e a tese de doutorado defendida por Antonio Cândido de Mello e Souza em 1954, na Universidade de São Paulo, intitulada *Os Parceiros do Rio Bonito*, são exemplos do interesse em perscrutar o mundo rural brasileiro.

A presença de Max Weber é tímida nos anos em foco. Georg Simmel, Werner Sombart, Alfred Vierkandt, Richard Thurnwald, Karl Dunkmann, integrantes do círculo sociológico de Berlim, mas também Ferdinand Tönnies, da Universidade de Kiel, e Leopold von Wiese, da Universidade de Colônia, são referidos com mais frequência em trabalhos e pesquisas. São eles representativos de uma vertente cuja concepção de sociedade tem como fundamento as relações, interações e ações de indivíduos e grupos. A ideia de grupo social impunha-se, naquele momento, como um instrumento sociológico importante na definição da identidade da disciplina. Mostrava-se mais adequada para a realização das pesquisas empíricas e históricas do que o conceito genérico de humanidade contido no pensamento de Comte e Spencer. Referindo-se a Alfred Vierkandt, Evaristo de Moraes Filho afirma que “É assim o grupo a forma básica da associação humana, um agregado social, um ente coletivo por excelência, que deve ser compreendido como alguma coisa *sui generis*. Trata-se de uma totalidade irreduzível, com características próprias” (Moraes Filho, 1978:22-23).

Sociólogos alemães que ocuparam um lugar de destaque nas primeiras décadas do século XX nas universidades de Berlim, Kiel e Colônia chegaram ao Brasil através da revista *Sociologia*. Fundada por Romano Barreto, professor de sociologia do Colégio Universitário da USP, e Emílio Willems, professor assistente de Sociologia Educacional na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, *Sociologia* desempenhou um papel relevante na divulgação da sociologia alemã no país graças a Emílio Willems. Fugindo dos conflitos políticos em Berlim, Willems

chegou ao Brasil com 26 anos de idade, pouco depois de obter o título de doutor em filosofia pela Universidade de Berlim, em 1931, com a dissertação *Kollektivmeinung und Presse in Zusammenhängen. Ein Beitrag zur speziellen Soziologie*, sob a orientação de Alfred Vierkandt (Villas Bôas, 2006a:81-103). Willems havia estudado Ciências Econômicas na Universidade de Colônia, onde conheceu os ensinamentos de Leopold von Wiese e participou dos debates sobre a Sociologia na Universidade de Berlim. A formação nas universidades de Colônia e Berlim confere a Willems uma posição sociológica única, contrária ao desenvolvimento histórico linear e teleológico, que ele assume tanto na revista que edita, como na elaboração de verbetes para os dicionários que organizou e, ainda, em suas pesquisas sobre a aculturação dos imigrantes alemães no Brasil e sobre pequenas comunidades brasileiras.

Uma análise da revista *Sociologia*, sob a direção de Emílio Willems, nos anos de 1939 a 1952, demonstra que Weber foi menos citado que Mannheim, Simmel e Marx. Há regularidade nas referências a Weber, ainda que não façam menção à fonte utilizada até 1944, ano da primeira edição de *Economia y Sociedad* em espanhol. A concepção da sociologia econômica de Max Weber e a conceituação das classes sociais são os temas de escolha preferencial. O principal artigo sobre o tema, “Introdução à Sociologia Econômica” (1942), de autoria de Roger Bastide⁸, problematiza a indefinição dos sociólogos que retomam repetidamente o debate das teorias de Weber e Marx sobre o lugar das atividades econômicas na sociedade (Luna, 1998:32-35). Além desse, há dois artigos sobre classe social, um de Luiz de Aguiar Costa Pinto, “Sobre as Classes Sociais: Notas de Estudo” (1946) e outro, de Florestan Fernandes, “A Análise Sociológica das Classes Sociais” (1948). Costa Pinto apresenta e debate definições de autores diversos, detendo-se na definição de Max Weber; dois anos depois Florestan retrata Weber como um dos autores que mais contribuíram para a teoria sobre a diferenciação em classes sociais no Ocidente. Chama a atenção para a ideia weberiana de situação e posição de classe e, ao final, problematiza a proposta weberiana do tipo ideal como empecilho à generalização indispensável à ciência, tema que vai ocupá-lo ao longo da carreira, como veremos adiante.

Além das iniciativas de Willems, a resenha de *Economia y Sociedad* (1944) que Alberto Guerreiro Ramos publicou na *Revista do Serviço Público*, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1946, intitulada “A Sociologia de Max Weber: Sua Importância para a Teoria e a Prática da Administração” marcou época. Aponta a magni-

tude do empreendimento editorial e focaliza com algum destaque as categorias analíticas voltadas para os processos de burocratização como instrumentos importantes no exame dos problemas administrativos brasileiros. Guerreiro Ramos também trata dos pressupostos científicos do tipo ideal proposto por Weber. Enquanto *Sociologia* voltava-se para o circuito acadêmico e universitário, a *Revista do Serviço Público*, que pertencia ao DASP, órgão público do governo federal criado em 1938, buscava alcançar profissionais e funcionários envolvidos com a reforma e modernização do Estado brasileiro. A resenha de Guerreiro Ramos permaneceu como um ícone da discussão sobre os processos de racionalização e padronização, sendo referida até hoje em artigos sobre a administração pública⁹.

Entre as pesquisas, um livro pioneiro antecede os estudos sobre os trabalhadores, suas associações e sindicatos: *O Problema do Sindicato Único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho, vem a público em 1952, com uma introdução detalhada, na qual o autor faz uma defesa intransigente da abordagem sociológica das conquistas de direitos dos trabalhadores, referindo-se com destaque a conceitos e autores da sociologia alemã (Leopold von Wiese, Simmel, Sombart, Dunkmann, Vierkandt, Scheler, Max Weber). Sem deixar de mencionar também autores franceses e norte-americanos, Evaristo de Moraes argumenta em favor de uma sociologia dos grupos, das interações e relações sociais. As referências a Weber (Moraes Filho, 1978:50, 62, 104-106, 173) discutem a vocação profissional e o surgimento do capitalismo ocidental moderno. Embora não se refira especialmente à ideia de associação livre por interesse (Weber, 1991:25; 1985:21), ela é eixo que estrutura a trama argumentativa da investigação sobre as associações operárias livres. *O Problema do Sindicato Único no Brasil* foi, entretanto, rechaçado pela crítica devido aos argumentos do autor contrários à crença na inexistência de associações e lutas operárias no Brasil e ao “mito da outorga”, que apregoava a concessão pelo Estado dos direitos dos trabalhadores, considerados incapazes de criar associações por interesse, como os sindicatos. Relegado ao esquecimento, o livro de Evaristo de Moraes Filho com sua discussão específica sobre os movimentos sociais e recusa de uma visão teleológica da história, permaneceu afastado das discussões sociológicas, sendo revisto, discutido e relido somente em sua segunda edição, em 1978.

Voltemos a Willems. Seja por motivos lógicos ou factuais, Willems não aceita a inevitabilidade de uma marcha sequencial do velho para o

novo, do tradicional para o moderno, razão pela qual sua reflexão permanece livre de uma visão normativa, seja do passado, seja do futuro. Para ele, importam, sim, os arranjos, os conflitos, as incompatibilidades entre homens e valores, a multiplicação das alternativas, a escolha possível. A modernidade incluía diferentes credos, formas de conduta e valores em conflito permanente (Willems, 1961:9-15). A adoção de uma perspectiva de trabalho para a qual importam os valores que dão sentido e significado às ações humanas (Weber, 1956:226), aliada à discordância e ao abandono de uma visão de história enquanto processo, concorreu para que Willems fosse alvo de duras críticas, que dele reclamavam a objetividade, somente possível com a adoção de uma concepção moderna de história cujas leis permitissem revelar o que se escondia por trás das aparências da vida social. Naturalmente, nem todos discordavam de Willems, mas as críticas que lhe fizeram na época (Villas Bôas, 2006a:101-103) prenunciam a vertente metodológica que se tornou predominante na sociologia e interveio na recepção do pensamento de Max Weber.

Dessas primeiras notícias¹⁰ da recepção de Weber desejo sublinhar um problema, anunciado pela recusa dos pressupostos da sociologia de Emílio Willems e de Evaristo de Moraes Filho, e que consiste no conflito entre duas vertentes cognitivas cuja centralidade marcou o debate sociológico em meados do século passado. A tendência que se define pela importância sociológica atribuída às ações sociais, aos conflitos, à multiplicidade de crenças e às alternativas históricas possíveis, e que se poderia julgar mais próxima de pressupostos de uma sociologia weberiana é combatida por uma vertente, mais próxima do modelo das ciências naturais, que recusa qualquer outra via do conhecimento que não possa ser submetida a critérios de objetividade, medição, controle de dados e validação científica.

A ÉTICA ESQUECIDA

A partir de meados da década de 1950, fase de acelerado crescimento industrial do país, uma mudança sensível ocorre na configuração da disciplina. A questão da modernidade se impõe à sociologia. O transplante de ideias, padrões científicos, hábitos e costumes “racionais” passam a constituir um dos focos polêmicos da atenção dos sociólogos. Embora discordassem quando à modalidade de integração do Brasil no conjunto das sociedades modernas, aceitavam esse desafio como uma exigência histórica, política e intelectual. Nesse momento, tor-

na-se difícil distinguir os ideais de modernidade almejados pelos sociólogos das tarefas próprias da sociologia. Os sociólogos apostam na universalidade dos processos de racionalização, industrialização e padronização do mundo, abandonando definitivamente as diferenças culturais, consideradas resquícios de um passado indesejável.

Não apenas se amplia o leque temático da disciplina, como o de suas diretrizes teóricas. Os pesquisadores passam a tratar de temas rurais e urbanos, tendo agora como referência o processo de transformação da sociedade de base agrária em sociedade industrial. Três características são significativas na produção sociológica desse período. Primeiro, a sociologia alarga os horizontes teóricos da tradição de pensamento no Brasil, mostrando a diferença social entre os homens a partir de sua inserção desigual no processo produtivo do trabalho. A diferenciação das coletividades deixou de se basear nas suas origens étnicas, na cor da pele, na religião e na cultura para encontrar na categoria trabalho (*Arbeit*) um critério válido. Não era por isso uma sociologia marxista; nem realizou estudos de classe de forma dogmática. Continuou a estudar os grupos desfavorecidos, migrantes, negros, índios etc., dos quais, acreditava, dependia a realização do projeto da sociedade moderna. Segundo, a disciplina incorpora definitivamente uma concepção moderna de história. Com raras exceções (Villas Bôas, 2006a), a ideia de processo contida na visão moderna, teleológica e “etapista” da história define os fundamentos teóricos dos estudos sociológicos dessa época. A sociologia torna-se programática. Finalmente, um dos temas mais discutidos pelos sociólogos é o seu próprio papel numa sociedade em mudanças. Nessa segunda fase, os sociólogos passaram a se considerar atores da mudança; deixam de ocupar o mero lugar de pesquisadores da cena das mudanças para nelas atuarem, fazendo uso de seu conhecimento. O engajamento político, intelectual dos sociólogos serve, em grande medida, para legitimar a sociologia como um saber científico válido.

Que lugar era reservado a Weber nesta virada importante na qual se conjugavam uma concepção universalista de história e uma sociologia sequiosa do cumprimento de um programa avassalador de racionalização e padronização em todas as esferas da vida social? Como foram recebidas suas ponderações sobre o sentido da ciência, a ética da convivência e a ética da política? Para Fernando Correia Dias (1973:11-22), a presença de Weber em textos teóricos, pesquisas empíricas e no ensino da sociologia teria mudado o “rumo do pensamento sociológico” bra-

sileiro. O autor pontua, entretanto, que “na apreciação das contribuições weberianas, nossos sociólogos contemporâneos demonstraram notável autonomia de pensamento, quer no sentido de prescindir dos comentadores mais conhecidos, quer no espírito crítico, de modo a rejeitar como errôneas certas interpretações” (Dias, 1973:24). Ressalta, ainda, que as pesquisas empíricas com o objetivo de analisar as tendências do desenvolvimento social impuseram “o acréscimo de uma dimensão histórica dinâmica à tipologia e ao quadro de referência teórico de Max Weber [...] que tem revestido de significação particularmente fecunda a sua utilização entre nós [...]” (*ibidem*:11). O texto pioneiro de Fernando Correia Dias revela que Weber ocupou um lugar singular, reelaborando-se criticamente suas ideias de acordo com os temas e a visão de história predominantes. Prefiro, porém, comentar o silêncio sobre as posições de Max Weber relativas à ética da responsabilidade e à ética da convicção, uma vez que evidencia – de outro modo – o quanto as questões postas pelos sociólogos brasileiros intervêm nas escolhas, na aceitação e na recusa de ideias e ideais weberianos.

No período em que os sociólogos brasileiros se identificam como atores das mudanças sociais e fazem valer seus ideais de modernidade como tarefas da sociologia, as orientações de Hans Freyer e Karl Mannheim lhes servem de guia. A escolha é curiosa, uma vez que os dois sociólogos integraram circuitos sociológicos muito distintos e tiveram trajetórias intelectuais bem diferentes (Muller, 1987; Kettler *et al.*, 1984; Woldring, 1986). O livro mais citado de Hans Freyer é *La Sociología Ciencia de la Realidad*, traduzido para o espanhol e prefaciado por Francisco Ayala. Foi publicado em Buenos Aires em 1944, 14 anos depois da primeira edição em Leipzig. As referências a *Ideologie und Utopie* (1929) de Karl Mannheim são da edição brasileira publicada em 1950, em Porto Alegre, com tradução de Emílio Willems e prefácio de Louis Wirth. Ora, uma das principais questões de Hans Freyer era a relação do sociólogo com seu objeto de estudo. Julgava que havia um envolvimento existencial do pesquisador com a sociedade, o qual lhe possibilitava descobrir os padrões de seu desenvolvimento (Muller, 1987:167-168). O sociólogo tinha uma responsabilidade moral relativamente ao seu objeto e ao futuro. Certamente a sociologia não poderia ser neutra, nem “livre de valores”. Ele discordava da posição defendida por Karl Mannheim em *Ideologie und Utopie*, cuja crítica ao conceito de ideologia e conseqüente defesa da “ligação do pensamento com o ser” (*Seinsverbundenheit des Denkens*) evidencia uma pluralidade de modos de pensar concorrentes e, conseqüentemente, prejudiciais ao

equilíbrio da ordem política. Para Mannheim, a crise política exigia que os intelectuais se tornassem “portadores da síntese” com o intuito de controlar a vida política.

Florestan Fernandes (1963) e Alberto Guerreiro Ramos (1958) lideraram uma discussão sobre o valor e o sentido da sociologia. Apesar das divergências entre eles, valorizam a ciência enquanto consciência reveladora de fatos e processos sociais. Ao explicá-los ou interpretá-los, era possível distinguir o curso da história. O sentido histórico conferido à disciplina científica exige, conseqüentemente, que a constituição do conhecimento não prescindia da referência ao passado, condição necessária para o diagnóstico do presente e avaliação de chances futuras. Muito embora Hans Freyer não concordasse com a determinação do futuro por leis inexoráveis, acreditava que sua visão futurista pertencesse à sua época e não escondia a inclinação pela realização mais completa da sociedade moderna (Freyer, 1965). Mannheim seguia outros pressupostos, mas concordava com o planejamento racional do futuro da sociedade (Villas Bôas, 2006a:105-140). De acordo com Florestan Fernandes, “Mannheim contribuiu mais que qualquer outro sociólogo moderno para a formação de uma teoria sociológica das técnicas de intervenção racional nos processos sociais” (Fernandes, 1976:23). Na realidade, apesar das diferenças, Freyer e Mannheim ofereciam fundamentos para o engajamento e intervenção dos cientistas sociais no processo de mudanças.

Muito embora as conferências “Ciência como Vocação” e “Política como Vocação” proferidas em 1917 e 1918 (Villas Bôas, 2008:58-61) integrem a coletânea *From Max Weber*, organizada por Hans Gerth e Charles Wright Mills (1946) e sejam fartamente citadas nas listas bibliográficas de publicações da década de 1950, nenhuma referência é feita a elas na discussão que mencionei acima sobre o valor e o sentido da ciência. A extensa literatura sobre as conferências, sobretudo sobre “Ciência como Vocação” procura elucidar a resposta que Weber teria dado à pergunta central “qual o sentido da ciência?” A ciência exigia o fim das ilusões de sentido, uma vez que estava ligada ao progresso que não tem fim, mas renova-se nele mesmo. Para Friedrich Tenbruck (1995:3-77), Weber colocava-se uma dúvida radical. A palavra *Beruf* não tinha o sentido exclusivo de profissão, mas significava, ainda, o preenchimento de uma vida interior. Wolfgang Schluchter, no entanto, afirma que Weber insiste na base ascética das ações profissionais. Elas não poderiam estar mescladas com ideais de ordem política (Schluch-

ter, 1996:7-47). *Beruf* é renúncia, autolimitação relacionada à escolha de um indivíduo a qual provoca um conjunto de decisões. Além disso, “o ser humano que assume uma posição, que avalia e julga, que vive suas ideias e seus ideais, e o pesquisador empírico, que estuda o efeito desses ideais e ideias vividos agem em esferas diferentes” (Schluchter *apud* Villas Bôas, 2011:16). A ética da responsabilidade pertence a esse duplo contexto e se funda na teoria dos valores.

Ora, o silêncio e o desinteresse pelas proposições de Max Weber são reveladores da recepção do autor na sociologia brasileira. Uma parte notável da intelectualidade brasileira almejava transformar o país em uma sociedade moderna. Seu desejo era intervir na espontaneidade dos acontecimentos para mudar a feição das instituições, das mentalidades, da distribuição de poder, impondo uma regularidade nova à conduta cotidiana de homens e mulheres. Se apostaram em valores, esses foram os valores da liberdade de fazer uso da ciência para agir de acordo com seus resultados, certamente uma tarefa cuja realização exigia seguir direção contrária ao ascetismo e à autolimitação.

UMA RECEPÇÃO “EQUIVOCADA”?

Em 1964, Maria Sylvia de Carvalho Franco defendeu sua tese de doutorado *Homens Livres na Velha Civilização do Café* (na área de Sociologia da USP) diante de banca composta por Florestan Fernandes, seu orientador, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido de Mello e Souza, Francisco Iglésias e Octávio Ianni. A tese foi publicada pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP com o título de *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, em 1969. Os argumentos da autora eram ousados. Dizia ela que a propriedade fundiária brasileira conciliara dois princípios opostos e reguladores da atividade econômica: a produção direta dos meios de vida e a produção de mercadorias. Porém, os princípios opostos das relações econômicas deviam sua existência a práticas constitutivas um do outro. Do ponto de vista adotado pela autora, não seria mais possível sustentar, como o fizera a maior parte dos historiadores, que a economia colonial se definia como tradicional, mas, sim, enquanto uma *unidade contraditória* (Franco, 1997:11, ênfases da autora). Para tanto, Maria Sylvia se baseava em *La Decadencia de la Cultura Antiga*, de Max Weber, publicado em Madri, em 1950, advertindo que o sentido geral da evolução da economia de base escravista foi o oposto da Antiguidade, tal qual descrito por Weber. Na Antiguidade, o latifúndio, a escravaria e a produção mercantil tiveram efei-

tos repressivos sobre a diferenciação e integração da economia que foi tendendo para uma forma autárquica. Na época moderna, o regime de escravos na colônia se desenvolveu em estreita ligação com o mundo europeu, que se orientava para a utilização do trabalho livre. O sistema colonial fazia parte do contexto de expansão dos mercados da qual dependia sua vitalidade.

Com este argumento, Maria Sylvia não considera escravista o modo de produção, porém tem como ponto de partida a modernidade da colonização portuguesa e o capitalismo como fundamento de seu estudo. Propõe que a escravidão seja vista como instituição. Na singularidade da produção colonial, o escravo fora redefinido como uma categoria puramente econômica e o colonizador português reunia tanto as funções de guerreiro-funcionário como as de comerciante-empresário. Como efeito da expansão do sistema mercantil condicionada a uma fonte externa de trabalho, surgiu uma população *sui generis* de homens livres excluída da produção mercantil: “formou-se uma rale que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para a sua existência e os deixava sem razão de ser” (Franco, 1997:14). Eram eles tropeiros, vendeiros, sitiantes, camaradas e agregados.

A força da argumentação de Maria Sylvia estava voltada para um alvo que não era simples e envolvia a recepção equivocada de Max Weber, segundo ela, em estudos que identificavam as sociedades subdesenvolvidas como sociedades tradicionais (Botelho, 2012). Para alcançar seus objetivos, faz uso dos conceitos weberianos de sociedade estamental, relação comunitária e autoridade tradicional para demonstrar sua inadequação à sociedade brasileira e apontar o uso impróprio daqueles conceitos pela técnica da generalização. Adverte então que

[...] os tipos ideais em que pese seu caráter formal, são construções teóricas que expõem o caráter singular dos fenômenos culturais. Nessa medida são históricos. São conceitos genéticos, cujo rigor supõe a observância dos nexos de sentido entre seus componentes, da configuração em que estão arranjados, com suas tendências essenciais e o princípio que as governa. A negligência desses requisitos transforma-os em conceitos classificatórios que meramente sumarizam os traços comuns a certos fenômenos. (Franco, 1997:15-16)¹¹

O uso dos tipos ideais vinha sendo discutido pelo seu orientador, Florestan Fernandes, um dos mais renomados sociólogos da USP, des-

de que escrevera sobre os problemas lógicos da explicação sociológica entre os anos de 1953 e 1957, e publicara três ensaios sobre o assunto, em 1959, no livro *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Ocupado com a consolidação do método científico nas ciências sociais, o autor divide o livro em três partes, tratando, na primeira delas, da reconstrução da realidade nas ciências sociais; na segunda, dos problemas de indução na sociologia; e, finalmente, na terceira, do método de interpretação funcionalista na sociologia. É no ensaio sobre a indução que Florestan analisa as proposições de Marx, Durkheim e Weber, mas na realidade está a argumentar com Max Weber ao longo do livro. Muito embora gostasse de dizer que a fusão das contribuições positivas dos autores clássicos era o melhor caminho para o uso do bom método e do desenvolvimento da sociologia, Florestan argumenta contra os pressupostos da construção ideal típica de Max Weber, fazendo sérias objeções ao fato de que impossibilitava a apreensão de um todo/totalidade histórica: “Os novos desenvolvimentos da teoria sociológica dependem, fundamentalmente, da capacidade que revelarmos na fusão dessas orientações, separadas no passado, mas naturalmente interdependentes e complementares” (Fernandes, 1967:121). Weber simplesmente excluía essa aspiração da ciência quando dizia que o objeto de investigação da ciência se limitava a uma “porção finita” da realidade. O ceticismo de Weber era amainado pelo fato de ter definido a sociologia como uma ciência empírica, uma vez que na Alemanha seus contemporâneos Max Scheller ou Ferdinand Tönnies, por exemplo, separavam a sociologia “pura” da sociografia, uma sociologia descritiva. Porém, não era grande o mérito atribuído a Weber: a discussão de Florestan consistia no fato de que a proposição dos tipos ideais não possibilitava a construção de uma síntese em sequências de regularidades típicas no tempo; além disso, o relativismo flagrante de Weber garantia ao sujeito do conhecimento uma liberdade excessiva que permitia a utilização de critérios que não se coadunavam com a realidade. A citação a seguir esclarece a objeção de Florestan a alguns dos pressupostos das construções ideais-típicas.

[...] o método dos tipos ideais só permite lidar com as ações e relações humanas capazes de se integrar em regularidades ou uniformidades de sequência definíveis através de “conceitos estáticos”, isto é, conceitos relativos a processos sociais recorrentes, dotados de alguma persistência ou duração, e os apanha em unidades definidas de tempo e nos limites estritos destas unidades (nas quais tais ações e relações se atualizam). O pressuposto lógico da abstração consiste, nas interpretações

dessa ordem, em admitir que o que é essencial (ou típico) se repete. Em consequência caem fora do horizonte interpretativo do investigador tanto o que se apresenta como algo *in flux* quanto a própria concatenação lógica da realidade, nos seus limites mais extremos, através da construção de conceitos e fórmulas sintetizadoras, aplicáveis à descrição das regularidades ou uniformidades de sequência irreversíveis e cíclicas. Existe sem dúvida uma grande probidade intelectual atrás dessa forma de representar as possibilidades da sociologia [...]. Mas, por curioso que pareça, essa profissão relativista de modéstia intelectual concede ao sujeito-investigador uma liberdade tão grande de manipulação racional da realidade, que ele mesmo acaba fixando como e porque os motivos e as condições externas da ação social devem ser considerados e, restringindo, antecipadamente, os critérios através dos quais julgará a veracidade das próprias afirmações (Fernandes, 1967:125).

Se a argumentação de Maria Sylvia em favor da utilização adequada do tipo-ideal de Max Weber contrariava as reflexões de seu professor, ela atingia também críticas mais recentes à metodologia weberiana, inscritas na tese de livre-docência de seu colega, Fernando Henrique Cardoso, defendida em 1963, um ano antes da defesa da tese de doutorado de Maria Sylvia e intitulada *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964). Nela, Fernando Henrique faz uma análise dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico com base em entrevistas feitas com empresários de diversas cidades brasileiras¹². De modo sutil, ele argumenta, ao longo do trabalho, contra os pressupostos weberianos da construção ideal típica, a começar pelo “idealismo” contido nas premissas do pensamento sociológico weberiano. No capítulo sobre o “novo capitalismo” (as aspas são do autor), afirma que evidentemente as funções empresariais fazem parte da economia moderna e Max Weber havia mostrado com propriedade a diferença entre *tradicionalismo* (ênfase do original) e espírito do capitalismo, porém, dificilmente o “espírito” do capitalismo subsistia na motivação e nos objetivos dos empreendedores. As atividades desses atores sociais variavam e se definiam de acordo com a situação de vida. Nessa discussão, preferia ficar do lado de Karl Mannheim:

Guardadas as diferenças entre pensamento e espírito capitalista, poder-se-ia dizer ainda uma vez com Mannheim: “O pensamento não cria o mundo, mas ao contrário, em um mundo dado, com uma estrutura dada, uma forma dada de pensamento é um instrumento que, em um

determinado momento, pode ser tanto adequado ou inadequado ou estar a caminho de tornar-se cada vez mais adequado. Não existe pensamento ‘como tal’; um determinado tipo de criatura viva pensa em um mundo com um determinado tipo de estrutura a fim de realizar determinadas funções vitais” (Mannheim, 1942:135 *apud* Cardoso, 1964:27).

Eram então as antigas leituras de Mannheim e suas reflexões sobre a ligação entre o ser e o pensamento (*Seinsverbundenheit des Denkens*) (Villas Bôas, 2006a:105-130) reacendidas para fundamentar uma posição sociológica que se recusava a aceitar a teoria da ação weberiana e, mais ainda, os pressupostos da construção de seus tipos ideais como hipóteses para a formulação de problemas. Mas Fernando Henrique não para por aí. Diz ele que nas hipóteses fundamentais do livro não teve a expectativa de fazer uma classificação entre o “empreendedor brasileiro” e um padrão universal de homem de empresa. Não estava interessado em medir o “atraso” do empresário brasileiro, mas, ao contrário, seu intento era medir as ações dos industriais a partir de condições específicas. Desejava determinar as dependências funcionais e significativas entre as condições de mercado e o tipo social de empreendedores existentes no Brasil, verificando a gênese destas duas variáveis fundamentais para a explicação da atividade empresarial. Nesse esforço, tanto a ação empresarial resultava de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade como atuava sobre o mesmo mercado e sociedade. Finalmente, depois de uma discussão prolongada com seus contemporâneos que ajuizavam o papel da burguesia industrial, do Estado, e do desenvolvimento no Brasil, o autor delineia tipos de empresários brasileiros, os capitães-de-indústria e os homens de empresa, analisando a mentalidade dos empreendedores. Sua análise mostra, ao final, que os empresários constituem um grupo heterogêneo, ambíguo, mas, sobretudo, incapaz de exercer uma posição de dominação para a realização de seus interesses. Apesar das diferenças entre os dois tipos, ambos estavam espremidos entre as iniciativas estatais voltadas para a industrialização e as inversões de capitais estrangeiros privados, nada mais restando à burguesia brasileira do que se tornar um sócio menor do capitalismo.

Mas Maria Sylvia insiste em mostrar o uso inadequado dos tipos ideais nas análises do desenvolvimento da sociedade brasileira. Seis anos depois da defesa de sua tese de doutorado e da tese de livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, ela apresenta *O Moderno e suas Diferenças* (1970) ao Departamento de Ciências Sociais da USP como tese de livre docência. Quer percorrer os fundamentos teóricos das ideias de

tradicional e moderno utilizadas para interpretar as chamadas sociedades “subdesenvolvidas”. Com esse propósito, Maria Sylvia retoma o pensamento de Tönnies, Weber, Parsons e Redfield, na primeira parte de seu trabalho, detendo-se na explicitação dos pressupostos dos tipos ideais weberianos¹³. De acordo com a autora, aqueles especialistas eram considerados fontes teóricas relevantes das análises dos processos de mudança, característicos da passagem da sociedade tradicional à sociedade moderna no contexto brasileiro.

Em cerca de 30 páginas da tese de livre-docência, Maria Sylvia faz um notável empreendimento teórico, discutindo os pressupostos dos tipos ideais. Começa pela distinção entre o saber teórico e a ordem prática, proposta por Max Weber, quando adota a posição de que não se apreende o significado do mundo a partir dos resultados do conhecimento científico, por mais que a época moderna favorecesse e valorizasse a ciência antes de qualquer e todo conhecimento. O significado do mundo só poderia ser atribuído pelos próprios homens e não haveria um só significado, mas diversos ideais e valores em conflito entre si. Tal posição, e somente esta, traria de imediato uma controvérsia entre os sociólogos brasileiros, ávidos por conhecer o objeto de suas investigações no sentido de apontar os rumos dos acontecimentos políticos e históricos de seu país com o intento de provocar as mudanças. Lembre-se que, ao se forjar, à sociologia brasileira não interessavam os limites ou as possibilidades do conhecimento sociológico, porém o conhecimento do seu objeto com o objetivo de intervir no rumo dos fatos à maneira dos ensinamentos de Karl Mannheim.

As dificuldades não se restringem ao ponto de partida do texto de Maria Sylvia. A seleção de problemas de pesquisa a partir de determinados valores e pontos de vista, proposta por Weber, era de difícil adoção ou aceitação pelos sociólogos. Para Weber não há critério intrínseco à própria coisa que possa garantir a constituição do objeto, porém, são as relações conceituais entre problemas que podem definir o objeto da ciência. Tal constatação remete à atribuição de excessiva liberdade ao pesquisador de que falava Florestan Fernandes. Finalmente, mesmo sem percorrer a argumentação da autora por completo, vale sublinhar sua advertência no que concerne à dissociação entre realidade e conceito na proposta weberiana:

Em sua construção, que tem situações históricas por ponto de partida, há um movimento da realidade para o conceito que gradualmente os desliga um do outro, transcendendo o quadro original de referência. Nesse plano, os tipos-ideais transformam-se em instrumentos heurísticos

cos, funcionando como conceitos limites, em relação aos quais as situações investigadas são aferidas. (Franco, 1970:45)¹⁴

Em 1972, Maria Sylvia escreve “Sobre o Conceito de Tradição”, artigo no qual refina seus argumentos sobre o uso inadequado da noção de tradicional em oposição à noção de moderno. Tradicional e moderno serviam para distinguir sociedades “atrasadas” e sociedades “avançadas” que constituíam o começo e o fim de um processo de modernização. Para ela era preciso enfatizar, uma vez mais, “a grande distância que separa o contexto teórico dos autores alemães e a leitura que deles fizeram os americanos: atualmente conserva-se apenas uma equivalência nominal dos conceitos originais, alterando-se por completo sua construção e suas funções no processo de pesquisa” (Franco, 1972:9). Se o conceito de tradição é princípio constitutivo de um complexo de relações sociais e define-se como uma forma de dominação, não deve ser tomado como um *fator* de transmissão de valores e formas de conduta que levam à estabilidade.

Em uma conferência sobre Classes Sociais e História: Considerações Metodológicas, pronunciada em 1973, Fernando Henrique (Cardoso, 1975:101) rebate a argumentação de Maria Sylvia. Na realidade, ele concorda que o método chamado de ideal típico não passava na sua aplicação do formalismo parsoniano dos “pares de *patterns-variables* opostos”, compondo matrizes organizadas a partir do eixo tradicional/moderno e de alguns atributos psicológicos e sociais que caracterizariam “idealmente o comportamento das classes”. Contudo, apesar das críticas ao emprego dos tipos ideais, insiste na posição que tomara em sua tese sobre os empresários (1964), opondo-se a qualquer método *in abstracto*. Para que os problemas sejam elucidados é preciso “teoria capaz de explicitar o que está confuso na prática histórica e [...] prender umbilicalmente os conceitos constituídos à variabilidade histórica das situações, dotando-os de um movimento” (Cardoso, 1975:103). Questionando a pluralidade de hipóteses alternativas em Weber, Fernando Henrique se pergunta se não vale mais a pena

assumir uma ontologia e uma concepção de ciência que impõem a estruturação das explicações em termos de que algumas interpretações e categorias permitem ir ao fundo da questão e são *conditio sine qua non* para qualquer explicação, tendo, portanto, mais peso e relevância que outras em função de sua capacidade de ir ao essencial do processo histórico? (Cardoso, 1975:103).

Quando se leem os escritos de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso pode-se discordar da

tese de Maria Sylvia contrária à caracterização da colônia como uma sociedade tradicional, porém, não se pode deixar de observar as objeções que se fizeram aos pressupostos e tipos ideais elaborados por Max Weber. Pode-se também não concordar com a autora no que respeita aos “equivocos” na recepção das ideias de Max Weber, pois, afinal, a apropriação das ideias é seletiva e interpretativa, submetendo-se a valores e interesses. Fernando Correia Dias possivelmente estava certo quando afirmou (1973:11-22) que os sociólogos brasileiros fizeram uso de sua autonomia e espírito crítico na apropriação do pensamento de Max Weber. No período de 1940-1980, questionaram o que julgavam um limite à possibilidade de conhecer o rumo das transformações sociais no país para nelas intervir, mantendo-se fiéis à sua marca de origem. Nesse sentido, o argumento que pauta o presente trabalho oferece possibilidades de repensar a tese mais comumente aceita de que as ideias de Talcott Parsons exerceram uma influência direta e decisiva na recepção do sociólogo alemão em países da América Latina.

O ano de 1979 assinala um marco para a recepção da sociologia alemã no Brasil com a publicação de *Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber*, de Gabriel Cohn. Não se trata mais de perscrutar o caráter teórico e metodológico da sociologia weberiana, visando a realização de pesquisas empíricas. Deseja-se agora interpretá-la. Cohn busca reconstruir o esquema conceitual da sociologia weberiana a partir dos pressupostos do próprio Weber, apostando em uma seleção valorativa de temas indispensáveis para a compreensão do pensamento weberiano em detrimento de análises que valorizavam a polêmica Marx *versus* Weber ou rastreavam as influências recebidas por Weber. Ao contrário, a primeira parte do livro dedicada a linhas de pensamento (Dilthey, Windelband, Rickert e Simmel, entre outros) que revelariam afinidades com as de Max Weber, não é considerada a mais relevante pelo autor, que confessa ter objetivo mais ambicioso: “para além dos confrontos e aproximações entre o esquema weberiano e outros, interessa-me captar a presença do contexto em que a obra foi produzida no próprio interior dos seus conceitos básicos e de sua articulação, em que ele está presente sob a forma dos seus pressupostos fundamentais” (Cohn, 1979:XIII).

Na segunda parte de *Crítica e Resignação*, Cohn aborda questões concernentes à racionalidade, à cultura, ao sentido, aos valores e à concepção de história, que cunham a obra de Max Weber, realçando em sua argumentação a ênfase atribuída por Weber à dimensão metodológica do conhecimento científico em detrimento da crítica do objeto. O capí-

tulo “As Armadilhas da Coerência”, no qual Cohn discute os limites do pensamento weberiano, inscreve, entre outros assuntos, uma espécie de “resposta” à discussão havida entre seus colegas e professores. Muito embora não faça qualquer referência aos debates sobre Max Weber, o parágrafo que se segue é revelador e indica sua familiaridade com as questões discutidas na época:

O pensamento de Max Weber tematiza o particular sem ter como articulá-lo ao geral, que repele. Sua crítica científica é metodológica, não é do objeto nem o transcende. Daí a ênfase na dimensão do poder em suas análises. O objeto particular apresenta-se assim e não de outro modo, igualmente possível, porque há uma força que o constrange a ser assim, e essa força é social e também particular: dominação, poder. Daí também a contrapartida valorativa disso, no que concerne à tomada de posição extracientífica, que é a negação heroica, individual, marca da adesão à ideia de uma autonomia cuja realização efetiva não se concebe em termos universais, mas que não se admite ver sufocada no particular. Nesse contexto a ciência é o domínio da resignação, mas é preciso lembrar que se ela não pode prescrever formas específicas de ação, tampouco prescreve a resignação. Ela não prescreve nada fora do seu domínio. Weber não quer a resignação, mas também não quer abrir mão da racionalidade; e não tem como conceber uma crítica racional com validade objetiva e capaz de ministrar diretrizes práticas. Assim a crítica racional fica confinada ao domínio do conhecimento. Cumpre, portanto, não ter ilusões quanto ao alcance da ciência e ficar atento para as lutas que se desenrolam na arena dos valores e dos interesses inconciliáveis, não para ficar inerte, mas para tomar posição de maneira adequada. Na realidade, a ciência não prescreve nada *salvo fazer ciência*. (Cohn, 1979:148, ênfase do original)

Nas últimas três décadas, teses acadêmicas, artigos, traduções e livros chamam a atenção para a importância de Max Weber, elevando seu lugar no rol de importância entre os autores mais lidos no Brasil. As discussões atuais sobre a secularização do mundo motivaram a leitura de sua sociologia da religião e os debates sobre cidadania e direitos, a leitura de sua sociologia do direito. Tal mudança radical criou uma espécie de ilusão sobre o papel desempenhado por Weber no passado, legando ao esquecimento as disputas e as objeções que se lhe fizeram. Weber desempenha agora outro papel.

(Recebido para publicação em abril de 2013)

(Reapresentado em outubro de 2013)

(Aprovado para publicação em janeiro de 2014)

NOTAS

1. O período de 1940 e 1980 corresponde aproximadamente às quatro primeiras décadas da institucionalização da sociologia no Brasil na qual uma primeira modalidade de recepção da obra de Max Weber se impõe e se caracteriza pelo interesse no uso do instrumental teórico e metodológico weberiano na pesquisa empírica. Para delimitar este período, tomei como marcos a criação da revista *Sociologia* (1939) e a publicação de *Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber* (1979), de Gabriel Cohn, livro que inaugurou uma segunda modalidade da recepção, orientada para a análise imanente da obra de Max Weber. Não se pretende aqui uma divisão definitiva de períodos da recepção da sociologia alemã, como mostrei em outro trabalho (Villas Bôas, 2006a), mas apontar algumas especificidades da discussão brasileira sobre a questão em foco. Até porque o surgimento de uma segunda modalidade não significou o desaparecimento da primeira, porém, além de motivar escritos sobre a obra weberiana, ofereceu uma alternativa relevante para as discussões até então havidas e discutidas neste artigo.
2. Destaco algumas discussões que demonstram como Weber foi sendo lido em concorrência com outros autores, aceito ou excluído, de acordo com valores específicos de especialistas daquela época. Nesse sentido, sigo as orientações de Wolf Lepenies (1981, vol. I:I-XXXV), cuja proposta de uma história da sociologia a partir da construção da identidade cognitiva, social e histórica da disciplina, não se filia à concepção de uma divisão convencional da história em períodos, tipos, ou programas teóricos.
3. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* foi publicado no Brasil somente em 1967, vindo a público uma nova edição em 2004.
4. Muito embora, como afirma Alejandro Blanco (2004:675), Max Weber não tivesse ainda o lugar de relevância que adquiriu, vale dizer que as publicações de editoras argentinas foram lidas e referidas pelos sociólogos brasileiros, constando os livros do acervo das primeiras bibliotecas de Ciências Sociais no Brasil. Esta foi uma das “entradas” importantes da sociologia alemã no país que mereceria estudos mais aprofundados.
5. A hipótese sobre as questões inaugurais peculiares à sociologia brasileira, que venho desenvolvendo em minhas pesquisas, certamente não é a única e deve ser compreendida à luz de trabalhos como Miceli (2001), Vianna (1997), Souza (2000), Trindade (2007), Botelho e Schwarcz (2009), Lima (1999), e Maio (1997), entre outros.
6. A Universidade do Brasil funcionou no Rio de Janeiro, então capital do país, servindo de modelo para outros estabelecimentos universitários. Foi precedida pela Universidade do Distrito Federal (1935-1939), cujo projeto liberal rechaçado pelo governo autoritário levou ao fechamento da instituição. A Universidade do Brasil transformou-se em Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967.
7. No período de 1945 a 1964, 34% dos livros de sociologia foram publicados por editoras governamentais sem fins lucrativos, com o apoio de setores de pesquisa de órgãos governamentais a exemplo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) ou do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Ver Villas Bôas (2007:37-47).
8. Roger Bastide (1898-1974) chegou ao Brasil em 1938 (com 40 anos) para ocupar a cátedra de Sociologia I, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo deixada vaga pelo professor Claude Lévi-Strauss; Bastide aqui esteve até 1954,

onde foi professor de Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Cândido de Mello e Souza, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni entre outros. De volta à França, lecionou na École Pratique des Hautes Études, 6e Section, hoje École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

9. Note-se que, décadas depois, Mauricio Tragtenberg dedicava-se à pesquisa e à reflexão sobre a burocracia, tendo como referência as proposições de Weber sobre o tema. Ver *Burocracia e Ideologia* (1974).
10. Há outras referências a Max Weber na década de 1940 e início de 1950, a exemplo do artigo de Otto Maria Carpeaux, “Max Weber e a Catástrofe” (1942), que, entretanto, não cabem no escopo deste trabalho, cujo intento não é mapear todas as publicações sobre Weber no período em foco, nem fazer uma história da sociologia, mas problematizar a recepção do sociólogo alemão.
11. A discussão sobre Weber baseava-se nas leituras de *La Decadencia de la Cultura Antigua*, publicado em “Selección y Recuerdo” da *Revista de Occidente* em 1950; *The Methodology of the Social Sciences* (Glencoe, Free Press, 1949); e *Economia y Sociedad* de 1944.
12. Fernando Henrique inspirou-se em Joseph Shumpeter, mas faz largo uso de sociólogos norte-americanos, além de tecer críticas a autores brasileiros que tratavam do problema do papel da burguesia industrial no país. Nesta ocasião, dirigia o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) e estava envolvido com o sociólogo francês Alain Touraine. O livro é uma evidência de que não havia uma pureza metodológica, como, aliás, creio que dificilmente ela se encontra na sociologia brasileira, porém, uma escolha de autores, que, como advertia Cardoso na sua tese de livre docência, contribuía para a formulação mais eficiente de um problema de pesquisa.
13. A segunda parte do trabalho retoma algumas questões da tese de doutorado para analisar a constituição mental dos homens livres na cultura cafeeira, através da análise do conto de Guimarães Rosa, “A Hora e a Vez de Augusto Matraga” (1946).
14. Ver considerações sobre os tipos ideais weberianos como *Hypothesis-Forming Models* proposta por Stephen Kalberg (1994:92-142). Valeria, em estudo mais aprofundado, trazer a discussão de Kalberg como parâmetro para verificar a recepção dos tipos ideais no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIDE, Roger. (1942), "Introdução a um Curso de Sociologia Econômica". *Sociologia*, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, vol. 4, nº 4, pp. 396-406.
- BLANCO, Alejandro. (2004), "Max Weber na Sociologia Argentina". *DADOS*, vol. 47, nº 4, pp. 669-701.
- BOTELHO, André. (2012), Teoria e História na Sociologia Política Brasileira: A Crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Trabalho apresentado na 36ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), Águas de Lindóia, SP, 21-25 de outubro.
- e SCHWARCZ, Lilia M. (orgs). (2009), *Um Enigma Chamado Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1975), *Autoritarismo e Democratização*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- . (1964), *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Difel.
- CARPEAUX, Otto Maria. (1942), "Max Weber e a Catástrofe", in *A Cinza do Purgatório. Ensaios*. Rio de Janeiro, Edição Casa do Estudante do Brasil, pp. 301-320.
- COHN, Gabriel. (1979), *Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. (1946), "Sobre as Classes Sociais: Notas de Estudo". *Sociologia*, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, vol. 8, nº 4, pp 242-258.
- DIAS, Fernando Correia. (1973), "Presença de Max Weber na Sociologia Brasileira Contemporânea". *Série Sociológica*, nº 3, Departamento de Ciências Sociais da Fundação Universidade de Brasília, pp. 1-39.
- FERNANDES, Florestan. (1948), "A Análise Sociológica das Classes Sociais". *Sociologia*, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, vol. 10, nº 2/3, pp. 91-113.
- . (1963), *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- . (1967), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. (2ª ed.). São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- . (1976), *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1997), *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. (4ª ed.). São Paulo, Editora da UNESP.
- . (1972), "Sobre o Conceito de Tradição". *Cadernos do CERU*, nº 5, pp. 9-40.
- . (1970), O Moderno e suas Diferenças. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo.
- FREYER, Hans. (1965), *Teoria da Época Atual*. Rio de Janeiro, Zahar.
- HALLEWELL, Lawrence. (1985), *O Livro no Brasil: Sua História*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- HANKE, Edith. (2012), "A Obra Completa de Max Weber – MWG: Retrato". *Tempo Social*, vol. 24, nº 1, pp. 99-118.

- KALBERG, Stephen. (1994), *Max Weber's Comparative Historical-Sociology*. Chicago, The University of Chicago Press.
- KETTLER, David; MEJA, Volker e STEHR, Nico. (1984), *Karl Mannheim*. London, Ellis Horwood and Tavistock Publications.
- KÖNIG, René. (1981a), "Soziologie in Berlin um 1930". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Sonderhefte 23, Opladen, Westdeutschen Verlag.
- . (1981b), "A Die situation der emigrierten deutschen Soziologie", in W. Lepenies (org.), *Geschichte der Soziologie. Studien zur kognitiven, sozialen und historischen Identität einer Disziplin*. Frankfurt am Main, Suhrkamp, pp. 115-158.
- LEPENIES, Wolf. (1981), "Einleitung", in W. Lepenies (org.), *Geschichte der Soziologie, Studien zur kognitiven, sozialen und historische Identität einer Disziplin* (vol. 1). Frankfurt am Main, Suhrkamp, pp. I-XXXV.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. (1994), "Traduções de Max Weber no Brasil". *Antropologia Social*, vol. 3, pp. 67-95.
- LIMA, Nísia Trindade. (1999), *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Revan.
- LUNA, Naara Lucia de Albuquerque. (1998), "Emílio Willems e a Recepção da Sociologia Alemã na Revista Sociologia". Relatório Final, CNPq, pp. 1-48.
- MAIO, Marcos Chor. (1997), A História do Projeto UNESCO. Estudos Raciais e Ciências Sociais. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- MANNHEIM, Karl. (1950), *Ideologia e Utopia. Introdução à Sociologia do Conhecimento*. Porto Alegre, Editora Globo. Tradução de Emílio Willems.
- MICELI, Sergio (org.). (2001), *História das Ciências Sociais*. (2ª ed.). São Paulo, Sumaré.
- MORAES FILHO, Evaristo de. (1978), *O Problema do Sindicato Único no Brasil: Seus Fundamentos Sociológicos*. (2ª ed.). São Paulo, Alfa-Ômega.
- MULLER, Jerry Z. (1987), *The Other God that Failed. Hans Freyer and the desradicalization of german conservatism*. Princeton, Princeton University Press.
- PARSONS, Talcott. (1999), "Translator's Preface", in M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London/New York, Routledge, pp. 9-11.
- PIERUCCI, Flávio. (2008), "Economia e Sociedade: Últimos Achados sobre a 'Grande Obra' de Max Weber". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 68, pp. 41-51.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. (1946), "A Sociologia de Max Weber: Sua Importância para a Teoria da Administração". *Revista do Serviço Público*, nº 3, pp. 129-139.
- . (1958), *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, ISEB.
- ROTH, Gunther. (1995), "Marianne Weber y su Círculo", in M. Weber, *Biografía de Max Weber*. Tradução de Maria Antonia N. Bigorra. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 11-55.
- SAID, Edward. (2005), *Representações do Intelectual. As Conferências de Reith de 1993*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. (1996), *Paradoxes of Modernity: Culture and Conduct in the Theory of Max Weber*. Tradução de Neil Solomon. Stanford, Stanford University Press.

A Recepção Controvertida de Max Weber no Brasil (1940-1980)

- SCHWARTZMAN, Simon. (2003), "A Atualidade de Raymundo Faoro". *DADOS*, vol. 46, nº 2, pp. 207-213.
- SELL, Carlos Eduardo. (2007), "Leituras de Weber e do Brasil: Da Política à Religião, do Atraso à Modernidade". *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 43, nº 3, pp. 241-248.
- SOUZA, Jessé. (1999), "A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro", in J. Souza (org.), *O Malandro e o Protestante. A Tese Weberiana e a Singularidade Cultural Brasileira*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, pp. 2-54.
- _____. (2000), *A Modernização Seletiva: Uma Reinterpretação do Dilema Brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- TENBRUCK, Friedrich. (2005), "Nachwort", in *Wissenschaft als Beruf*. Stuttgart, Philipp Reclam.
- TRAGTENBERG, Maurício. (1974), *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Ática.
- TRINDADE, Hélgio (org.). (2007), *As Ciências Sociais na América Latina em Perspectiva Comparada (1930 a 2005)*. (2ª ed.). Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- VIANNA, Luiz Werneck. (1997), *A Revolução Passiva*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____. (1999), "Weber e a Interpretação do Brasil", in J. Souza (org.), *O Malandro e o Protestante. A Tese Weberiana e a Singularidade Cultural Brasileira*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, pp. 173-193.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (2006a), *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- _____. (2006b), *A Mudança Provocada. Passado e Futuro no Pensamento Sociológico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____. (2007), *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- _____. (2008), "Weber entre Duas Vocações". *Cult, Revista Brasileira de Cultura*, Ano 11, nº 124, pp. 58-61.
- _____. (2011), "A Atualidade de Max Weber: Entrevista com Wolfgang Schluchter". *Sociologia & Antropologia*, vol. 1, nº 1, pp. 11-19.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2012), "Apresenta o 'Max Weber hoje'". *Tempo Social*, vol. 24, nº 1, pp. 9-7.
- _____. (org.). (2012), "Dossiê – Max Weber". *Tempo Social*, vol. 24, nº 1, pp. 9-197.
- _____. (2007), "Simmel no Brasil". *DADOS*, vol. 50, nº 1, pp. 11-48.
- WEBER, Max. (1956), *Soziologie. Weltgeschichtliche. Analysen Politik*. Edi o de Johannes Winckelmann. Stuttgart, Alfred Kr ner Verlag.
- _____. (1970), "A Ciência como voca o", in *Ciência e Política: Duas Voca es*. Tradu o de Leonidas Hegenber e Octany Silveira da Mota. São Paulo, Editora Cultrix, pp. 17-52.
- _____. (1985), *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss d. verstehenden Soziologie*. Bersorgt von Johannes Winckelmann Studienausg. Tübingen, Mohr.

- . (1991), *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, revisão técnica de Gabriel Cohn (vol. 1). Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- . (2005), *Wissenschaft als Beruf*. Stuttgart, Philipp Reclam jun.
- WILLEMS, Emílio. (1961), *Uma Vila Brasileira. Tradição e Transição*. São Paulo, Difel.
- WOLDRING, Henk E. S. (1986), *Karl Mannheim: The Development of his Thought*. Tradução de Stanley Wiersma. Assen, Van Gorcum.

ABSTRACT

The Controversial Reception of Max Weber in Brazil (1940-1980)

This article deals with the controversial reception of Max Weber during the early decades of institutionalization of sociology in Brazil, arguing that the German scholar's ideas were grasped on the basis of Brazilian sociology's own issues. This perspective suggests that central propositions of Weberian sociology such as the formulation of ideal types and the meaning of science were received reservedly in Brazil and reworked to the extent that he was read together with other authors. The point of departure was to revisit articles from *Sociologia* journal, followed by a focus on the valorization of propositions by Hans Freyer and Karl Mannheim as opposed to Max Weber's positions on the sociologist's role, concluding with an approach to the controversy on ideal types, led by Maria Sylvia de Carvalho Franco, which involves writings by Florestan Fernandes and Fernando Henrique Cardoso.

Key words: reception of Max Weber; Brazilian sociology; Weberian ideal types

RÉSUMÉ

L'Accueil Controversé de l'Oeuvre de Max Weber au Brésil (1940-1980)

Dans cet article, on examine l'accueil de l'œuvre de Max Weber pendant les premières décennies de l'institutionnalisation de la sociologie au Brésil en suggérant que l'adoption des idées du maître allemand a eu lieu à partir de questions propres à la sociologie brésilienne. Cet angle a permis d'observer que des propositions-clés de la sociologie weberienne, comme par exemple l'expression des types idéaux et du sens de la science, ont été reçues parcimonieusement et réélaborees selon une lecture de Weber par rapport à d'autres auteurs. D'abord, on reprend ici des textes de la revue *Sociologia*; on poursuit par la mise en avant des propositions de Hans Freyer et Karl Mannheim aux dépens des positions de Max Weber sur le rôle du sociologue et on termine sur la controverse concernant les types idéaux menée par Maria Sylvia de Carvalho Franco, se rapportant à des textes de Florestan Fernandes et Fernando Henrique Cardoso.

Mots-clés: accueil de Max Weber; sociologie brésilienne; types idéaux weberiens

RESUMEN

La Recepción Controvertida de la Obra de Max Weber en Brasil (1940-1980)

El artículo analiza cómo se recibieron las ideas de Max Weber en las primeras décadas de la institucionalización de la sociología en Brasil, y argumenta que la apropiación de los postulados del autor alemán se hizo a partir de las cuestiones propias de la sociología brasileña. Este punto de vista permitió observar que proposiciones centrales de la sociología weberiana, como, por ejemplo, la formulación de los tipos ideales y del sentido de la ciencia, se recibieron con mucha parsimonia y se reelaboraron a medida que los textos del autor se fueron leyendo en contraste con otros autores. Inicialmente, se retoman textos de la revista *Sociología*; en seguida se discute la valorización de las proposiciones de Hans Freyer y Karl Mannheim en detrimento de las posiciones de Max Weber sobre el papel del sociólogo y, finalmente, se trata la controversia sobre los tipos ideales, liderada por Maria Sylvia de Carvalho Franco, que involucra los escritos de Florestan Fernandes y Fernando Henrique Cardoso.

Palabras clave: recepción de Max Weber; sociología brasileña; tipos ideales weberianos

